

Na negociação, só indefinições

FÁBIO PAHIM JR.
Enviado especial

WASHINGTON — A situação doméstica brasileira é um poderoso complicador às negociações externas realizadas à margem das reuniões oficiais da 42ª Assembléia Anual do FMI-Bird, inaugurada ontem.

Nos bastidores do encontro, sabe-se que o Brasil não chegará a algo de concreto até amanhã, quando se encerra a reunião, nem até sexta-feira, quando haverá um diálogo com o comitê assessor da dívida externa, oportunidade em que os bancos credores deverão apresentar uma contraproposta às teses brasileiras.

Financistas e analistas prevêem que no encontro os bancos credores farão forte pressão e ameaças, insistindo, entre outros pontos, na suspensão da moratória brasileira. Na visão desses observadores, incluindo empresários brasileiros aqui, o Brasil tentará a ajuda norte-americana, especialmente a partir das manifestações de apoio do secretário do Tesouro, James Baker, sobre as proposições brasileiras e a possibilidade de negociar sem ir ao FMI.

Outro ponto a dificultar uma solução é a indefinição política brasileira, apesar da afirmação do porta-voz da Presidência, Frota Neto, de que não haverá mudanças na Fazenda. O mais provável é que nos próximos 90 dias não haja qualquer acordo e aumentarão as pressões para que o País vá ao FMI e para que faça um pagamento simbólico.

O atraso dos compromissos brasileiros com o Clube de Paris não deve trazer maiores preocupações, segundo Maurício Bicalho, ex-diretor do Brasil no FMI, porque com aquela instituição "a negociação é política".

"Enquanto o Clube de Paris tomava essa medida de rotina, o secretário Baker diz que nossa proposta merece consideração", declarou à imprensa brasileira o assessor especial para a dívida externa, Fernão Bracher. O que separa o Brasil dos bancos, disse, é a divisão de encargos: "Os bancos querem que as agências governamentais entrem com mais dinheiro. E o Brasil quer é que o dinheiro das agências sirva para o nosso desenvolvimento".

Os bancos privados não querem ver mantida essa situação em que o País faz em dia os pagamentos ao FMI, Bird e BID (este ano corresponde a saída líquidas de US\$ 1,8 bilhão), em contrapartida à moratória com as instituições comerciais. No comitê, a posição do Bank of America, por exemplo, tem sido de cooperação, segundo um empresário brasileiro, ao contrário da do Morgen Guaranty Trust, enquanto os japoneses mostram-se cooperativos, segundo outra fonte. O presidente do Citibank, John Reed, desmarcou segunda-feira um almoço que teria com os principais negociadores do Brasil.

Os banqueiros credores vêem dificuldades em negociar a dívida externa brasileira também porque parecem falar somente com o "ministro de plantão", já que desconhecem o futuro político do Ministério e qual será o mandato do presidente José Sarney.

Nesse sentido, uma fonte brasileira sugeriu que seria importante uma manifestação expressa do governo brasileiro em favor dos seus negociadores.

A solução para a dívida brasileira, reconhecem os credores, virá de um conjunto de alternativas e entendem que a substituição de empréstimos por bônus não pode envolver, prontamente, valores substanciais: "Não estranharia algo como 5% da dívida bancária, entre US\$ 3 bilhões e US\$ 3,5 bilhões", sugeriu Robert Barbour, vice-presidente do American Express Bank.